

INTRODUÇÃO

Bem aventurados sejam aqueles
Que amam essa desordem
Nós viemos a reboque,
este mundo é um grande choque

(Canção “ Múmias”, Biquíni Cavado)

Enfim, chegamos no século XXI. Um longo caminho percorrido, uma trajetória marcada por processos de mudanças que trazem no seu interior uma nova configuração para a sociedade na mundialização do capital. Sociedade que no contexto atual, presencia transformações em seu cenário, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho.

Estamos vivendo em meio a um processo de alterações bastante perversas, que, se assim podemos dizer, decorrem da crise do Capitalismo que mais uma vez tenta recuperar seus padrões de acumulação através de formas de gestão e organização mais flexíveis. Tal crise tem afetado o mundo inteiro, sendo os seus efeitos mais visíveis em países pobres ou chamados Países do Terceiro Mundo, cuja economia caminha associada aos grandes donos do poder e do capital, sendo os mesmos submetidos às pressões e ordens das grandes potências, conforme explicita SANTOS (1999): “... a nova economia global e a desenfreada concorrência que lhe está associada [...] impõe novas formas de organização do trabalho”. (p.23)

Frente a tal quadro, os países periféricos, como é o caso do Brasil são os que mais sofrem com as mudanças no âmbito do trabalho e do Estado. Esta nova conjuntura implica transformações em todos os níveis, mas, principalmente no que se refere ao trabalho, gerando um processo de mudanças que perpassa diferentes profissões, alterando seus mercados de trabalho, bem como sua significação social. MOTA (2000) ao descrever tal processo, deixa bem claro o quanto o mesmo é perverso e modifica substancialmente as condições de trabalho dos assistentes sociais:

Este processo desenvolve-se em dois planos: um, mais visível e imediato, relaciona-se com questões que afetam diretamente o exercício profissional, como é o caso das alterações no mercado de trabalho e nas condições de

trabalho do profissional; o outro mais amplo e complexo, refere-se tanto ao surgimento de novas problemáticas que podem ser mobilizadoras de competências profissionais estratégicas, como à elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentem como respostas qualificadas ao enfrentamento das questões que lhe são postas. (p.25)

Presenciamos no cenário brasileiro um contexto complexo, onde a realidade social contemporânea acaba por exigir um novo posicionamento dos profissionais, como também aponta para uma profunda modificação na cultura das profissões.

Os profissionais por sua vez, diante de tal quadro, vivenciam dias de profundas turbulências no mundo do trabalho representados pelo alto índice de desemprego, a chamada “flexibilização”, que muito embora flexibilize os modelos de contratação, ainda garante o trabalho. Em suma, assistem não o fim do trabalho, propriamente dito, mas sim sua nova configuração: como uma atividade que produz uma desconstrução e reconstrução de habilidades, que indica novas demandas e modifica as requisições tradicionais.

É justamente neste ponto que situam-se os assistentes sociais hoje, como profissionais assalariados, inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho, que sofrem o impacto de tais mudanças e o tensionamento quanto às suas possibilidades num contexto marcado pela globalização, reestruturação produtiva, Contra-reforma do Estado, crise dos sistemas de proteção social e precarização das relações de trabalho.

Considerando a trajetória de profissionalização da categoria, é interessante observar como estas transformações vêm alterando substancialmente o mercado de trabalho do Serviço Social na conjuntura brasileira, nos levando a constatar que a profissão mais precisamente na década de 90, passa por um redimensionamento, assumindo uma postura diferenciada frente ao novo que se instaura.

Na realidade, o mercado de trabalho profissional sofreu alterações significativas, a partir deste período, em decorrência da redefinição do papel do Estado, visto que o espaço de atuação da profissão vinculado ao desenvolvimento de atividades sociais no âmbito estatal como ocorreu em grande parte de sua história,

passa a ser vinculado a entidades contratantes, gerando nestes anos, uma grande massa de trabalhadores precarizados.

Estudos realizados recentemente por SERRA (1998) e por SILVA (1997) confirmam esta situação no interior da profissão e apontam para o sentido de que estamos caminhando para um momento de profundas mudanças no mercado de trabalho dos assistentes sociais, o que acaba por impelir esses profissionais para um esforço permanente de qualificação a fim de se tornarem capazes de atuar e desenvolver práticas nestes novos espaços. Tais estudos buscam uma visão de totalidade da realidade profissional do serviço social nos anos 90, chegando à conclusão de que o serviço social, assim como outras profissões vivenciam um cenário onde:

À retração do emprego na área industrial contrapõe-se a tendência de criação de novos postos de trabalho no comércio e nos serviços - fenômeno da terceirização-, cujas conseqüências para as profissões não podem prever. (SILVA, 1997: 93)

A partir desta compreensão acerca das mudanças no mundo do trabalho e suas inflexões sobre o mercado de trabalho do serviço social, alguns questionamentos começaram a nos incomodar, o que, se acentuou com a nossa inserção no Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC – RIO.

Durante o curso de Mestrado, tivemos a oportunidade de ampliar nossa compreensão sobre as determinações das modificações no nível do trabalho que se fizeram marcantes a partir dos anos 90, o que nos direcionou a investigar mais profundamente como estas alterações no nível de mundo do trabalho reatavam no mercado de trabalho do assistente social. Esta necessidade de aprofundar nossos estudos sobre esta temática se acentuou com a nossa participação no Grupo temático: Trabalho, Gênero e Políticas Sociais, onde discutíamos temas que se relacionavam com o mundo do trabalho e seus reatamentos no Brasil e nas políticas sociais brasileiras, o que nos levou a uma inquietação com o que vinha acontecendo em relação ao mercado de trabalho dos assistentes sociais.

O contato mais direto com a bibliografia pertinente à discussão sobre o mundo do trabalho foi nos inquietando, na medida em que conseguíamos vislumbrar que estas mudanças não só afetavam os trabalhadores industriais, mas também aqueles

que pertenciam a área dos serviços. Os debates proporcionados durante as aulas e as reuniões do grupo temático foram cada vez mais nos motivando a estudar os rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho no interior da profissão.

Foi então, que essa questão se tornou para nós um desafio, um alvo a ser conquistado, o que nos levou a aprofundar o interesse pela temática da terceirização, com vistas a conhecer como este fenômeno vinha se expressando e ganhando espaço no que dizia respeito ao campo de trabalho dos assistentes sociais.

Neste sentido, começamos a construir uma proposta de estudo que teve início com leituras mais gerais sobre o tema, seguido de uma pesquisa bibliográfica sobre a terceirização. Nesta etapa de nosso trabalho, não sentimos muitas dificuldades já que muitas são as obras produzidas sobre esta temática, o que nos possibilitou uma ampliação de conhecimentos sobre este assunto, assim como nos fez constatar que, precisávamos delimitar o nosso tema de estudo.

Assim, delimitamos o foco de nosso tema de estudo em torno da terceirização do trabalho dos assistentes sociais, incorporando dentro deste eixo temático quatro questões fundamentais: a primeira que se refere ao próprio exercício profissional frente às alterações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, a segunda que envolve as novas problemáticas que podem gerar competências profissionais estratégicas, a terceira que está articulada com os desafios, dilemas e entraves do trabalho do assistente social na condição de trabalhador terceirizado e a quarta que diz respeito à forma como os profissionais de serviço social vivenciam e enfrentam este processo de mudanças que ora se apresentam à profissão.

Sabedores da existência de estudos anteriores sobre esta temática e que os mesmos trouxeram à tona a discussão sobre os novos caminhos para o mercado de trabalho do serviço social, sinalizando que a profissão presenciava o emergir de novos espaços e condições de trabalho, consideramos, que os mesmos não esgotam a complexidade que envolve a abordagem do tema ao tratar da questão da relação da objetividade e subjetividade que perpassa o cotidiano dos profissionais que se encontram na condição de trabalhadores terceirizados. É justamente este ponto que caracteriza a diferença do nosso estudo para estes que já foram produzidos, pois estaremos apresentando os resultados de uma investigação qualitativa, no entanto,

levando em consideração os dados quantitativos, que avançou no sentido de trabalhar com o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, que neste quadro de crise, se tornaram alvos das formas de precarização e flexibilização do trabalho.

Neste sentido, estaremos nos apoiando nas idéias construídas por HELLER (2001), para trabalhar a questão da subjetividade presente no cotidiano destes profissionais, entendendo que neste meio há uma relação que envolve o trabalho como uma forma mais genérica, classificado como work: “... sólo aquel tipo de trabajo que resulta “útil” a otros...” (p. 121) e o trabalho, que envolve questões mais particulares, denominado labour, aquele que : “... significa al mismo tiempo para el particular, es decir, para el trabajador.”(p. 119)

Assim, o que pretendemos com nosso estudo, é relacionar estas duas formas de trabalho, que embora sejam distintas, pertencem a um único processo, empreendendo esforços para verificar como as mudanças no nível do trabalho denominado como work se expressam, no cotidiano do trabalho, destes profissionais classificado, como labour.

Nossa proposta de investigação é construída exatamente no interior deste contexto de transformações e mudanças no mercado de trabalho e nas condições de trabalho profissional, onde pesquisamos os limites e possibilidades do trabalho desenvolvido por assistentes sociais, tendo clareza de que a presença de fatores novos trouxe desafios que envolvem fundamentalmente diferentes questões que são postas para o serviço social a partir dos anos 90.

Foi com este recorte e na tentativa de contribuir para o debate sobre as respostas elaboradas pelo profissional de Serviço Social inserido em condições precárias de trabalho, que a partir de uma visão crítica, estudamos e investigamos como vem sendo a atuação e o cotidiano dos assistentes sociais em programas sociais da Prefeitura do Rio de Janeiro, enquanto instância do poder público emblemática na configuração destas mudanças.

Neste rumo, com o objetivo de construir uma investigação que avançasse no que diz respeito aos estudos já produzidos sobre esta temática no interior do serviço social, foi que delimitamos, após minucioso levantamento, como nosso universo de pesquisa a SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Social do Rio de Janeiro), a partir da compreensão de que esta secretaria desde sua fundação em 1979, era formada por um número expressivo de profissionais terceirizados, portanto tratava-se de uma instituição emblemática para o estudo do tema por nós escolhido para ser investigado.

A SMDS, desde sua fundação, contava no seu quadro de funcionários com um grande número de profissionais terceirizados, sendo que a terceirização no interior desta secretaria se firmava através de parcerias, o que nos possibilitou constatar que a secretaria seguiu as diretrizes neoliberais, reproduzindo assim, o sistema de flexibilização e precariedade que vigorava no mundo do trabalho desde os anos 70, mas que se acirravam no Brasil, principalmente, na década de 90.

Travestida de um outro nome, a terceirização se configurou na SMDS, nos anos 80 e 90, como principal vetor de contratação de assistentes sociais, que sem outra alternativa se lançavam numa condição de trabalho precarizado e instável. Segundo RODRIGUES (1999):

A falta de concurso público que beneficie a SMDS, aliada à grande necessidade de técnicos para dar conta da diversidade dos programas criados na última gestão (iniciada em 1994), que fez despontar após a municipalização, o surgimento de parcerias no plano das contratações, como saídas articuladas pelo governo municipal. (p. 94)

Mediante tal posição, a secretaria vinha desde 1994, assumindo uma nova forma de gestão articulada com a sociedade civil no que dizia respeito ao tratamento da questão social no município e para dar conta desta demanda, construía suas equipes de trabalho com profissionais terceirizados via parcerias com ONGs. Assim, a SMDS, para viabilização de seus projetos, se configurou durante os anos 90, como uma secretaria basicamente constituída por parcerias tanto no nível da gestão dos problemas sociais, como no nível da contratação de profissionais.

Em suas diretrizes gerais, colhidas em documentos oficiais ¹, fica caracterizada a intenção da nova gestão em estabelecer as parcerias com as ONGs como eixo central das ações públicas na área da assistência no município. Neste rumo, essa proposta ficou mais clara quando do detalhamento da missão institucional e dos objetivos:

A SMDS tem como missão básica: contribuir, em ação articulada com outros setores do governo, responsáveis pelas políticas públicas sociais, que compõem a Equipe de Desenvolvimento Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Secretaria de Educação, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde e habitação) e com diferentes setores da sociedade civil (ONG's, Movimentos Populares, Grupos Religiosos, Universidades, Organizações Profissionais, etc...), para a reversão do processo de exclusão social ... (ORENHA, 2001: 39- 40)

Estas informações foram fundamentais e centrais no que diz respeito à escolha da SMDS como nosso universo de pesquisa, contudo, por desenvolver muitos projetos e por todos serem executados por assistentes sociais terceirizados, tivemos que delimitar e centrar nossa investigação somente sobre um único programa.

Nesta direção, adotamos precisamente como nossa referência empírica, o Programa Vem Pra Casa, que no ano de 2003, além de passar por um processo de reestruturação se configurava como o programa que tinha o maior número de assistentes sociais terceirizados. Segundo documentos oficiais:

Em 1994 é elaborado o Programa Vem Pra Casa Criança, destinado ao atendimento a crianças, adolescentes e seus familiares em situação de rua no município do Rio de Janeiro. A partir de outubro de 1999, o Programa incorporou o atendimento à população de rua adulta através da elaboração de um plano intersetorial que atendesse essa nova demanda. (SMDS /GERÊNCIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, 2003: 2)

¹ Documento elaborado em novembro de 1994, sob o título: As diretrizes gerais da SMDS/RJ.

Delimitado o universo de pesquisa, partimos então para a pesquisa empírica, quando nos inserimos, entre os meses de julho a dezembro de 2003 nos abrigos e casas de acolhida que se configuram como espaços institucionais destinados ao acolhimento, em situação temporária, de pessoas que se encontram em situação de risco pessoal e social.

Destarte, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa que é entendida por alguns autores num sentido genérico. Segundo MINAYO (1994), a pesquisa qualitativa: “... se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” (p.13) Assim, para esta autora, este tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, que se adequam a um espaço mais profundo das relações, onde são impossibilitados de se tornar variáveis. Trilhando este caminho, desenvolvemos uma pesquisa que de acordo com MINAYO (1994) aprofundou-se: “...no mundo dos significados das ações e relações, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.” (p.22)

A condução da investigação compreendeu três dimensões que se realizaram de forma concomitante, não havendo entre elas, nenhum momento de separação. Na primeira etapa, já em contato com os profissionais, desenvolvemos juntamente com eles uma entrevista estruturada, que segundo MINAYO (1994): “... pressupõe perguntas previamente formuladas.” (p.58) Na verdade, este foi o momento que serviu como coleta de informações sobre o tema de nosso estudo, sendo considerado como uma conversa a dois (pesquisador e entrevistado) com propósitos bem definidos. Um aspecto verificado nesta etapa foi à questão de como os profissionais de Serviço Social, inseridos num contexto de flexibilização e precarização se vêem frente ao novo que lhes é imposto.

Concomitante a esta etapa, com o propósito de verificar quais são os limites, entraves e possibilidades da prática dos assistentes sociais inseridos neste contexto, realizamos a segunda etapa que constou de uma observação participante. Tivemos neste momento a oportunidade de captar uma variedade de informações que não foram obtidas durante as entrevistas e assim identificar o que há de importante que não fora transmitido pelos entrevistados.

Por fim, sistematizamos o material coletado a partir de duas categorias, quais sejam: descentralização administrativa e terceirização, como também a partir de eixos norteadores das questões tomadas como referência neste estudo. Este último momento, nos permitiu, uma reflexão crítica do que foi pesquisado, deixando claro que este momento foi de extrema relevância pois, desenvolvemos uma articulação dos dados empíricos com os conceitos teóricos que sustentaram tal estudo, sendo possível ampliarmos nosso conhecimento acerca do tema levantado e indicarmos pistas para novas pesquisas a partir dos resultados obtidos com a investigação.

Em síntese, construímos nosso trabalho a partir de uma contextualização histórica da problemática em foco, apresentada no primeiro capítulo, tendo como pressuposto a necessidade de compreender as mudanças no mundo do trabalho que já no final dos anos 60 provocaram substanciais modificações no que concerne à organização do trabalho nas sociedades a nível mundial, e particularizando, as expressões dessas mudanças no Brasil nos anos 90.

Compreendendo que tais modificações em relação ao mundo do trabalho contam com a participação do Estado, é que o segundo capítulo de nosso trabalho é dedicado ao processo brasileiro referido e discutido, numa perspectiva crítica, como “ Contra-reforma do Estado”, o que salienta neste momento a refuncionalização no que se refere as funções do Estado e suas conseqüências sobre as políticas sociais brasileiras. Ao fazer este movimento, tentamos construir o caminho que parte do geral para o particular, buscando, ao traçar tal direção, chegar ao cerne de nossa discussão: a questão da terceirização no âmbito do poder público.

Neste rumo, compreendidas as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos na gestão das políticas sociais brasileiras é que no terceiro capítulo centramos nossa discussão na questão da terceirização, apresentando suas diferentes conceituações e como este fenômeno vem através da descentralização administrativa, ganhando espaço nos anos 90 e tomando corpo no campo da administração pública.

A partir desta visão, buscamos situar como tal processo vem ocorrendo no âmbito municipal, assim como, evidenciar como este fenômeno se estendeu às instituições públicas. Ao adotar a SMDS (Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro) como nosso universo de pesquisa, constatamos que nesta secretaria a terceirização, travestida das chamadas “parcerias” vem de forma intensa, precarizando as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Por fim, no último capítulo estaremos apresentando os resultados de nossa investigação, onde buscamos articular os dados da pesquisa empírica com os referenciais teóricos por nós adotados, procurando produzir uma análise sobre as condições, limites, entraves e desafios do trabalho dos assistentes sociais que se encontram na condição de terceirizados. Com os esforços empreendidos para a realização deste trabalho, almejamos contribuir com novos elementos para uma discussão que irá somar com as já produzidas e que poderá subsidiar debates, que possam avançar no sentido de uma análise crítica sobre o futuro e o redimensionamento do Serviço Social frente a este novo cenário.

Este trabalho além de ser uma tentativa, em termos de construção de uma nova reflexão sobre o mercado de trabalho do Serviço Social, se constituiu também em um desafio, à medida que enveredou por novos caminhos, fazendo emergir questões que almejamos que provoquem um aprofundamento da crítica sobre a formação profissional e o futuro da profissão.

1

AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA

“ Os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos.”
Guimarães Rosa

1.1. Resgate do Panorama Internacional

O Mundo do Trabalho na Sociedade Capitalista passou por várias fases, onde todas estas fases sempre tiveram como objetivo a acumulação do capital. Em todos os momentos do desenvolvimento do capitalismo, cada forma de organização da produção voltava-se precisamente para a acumulação.

Nas décadas iniciais do século XX, vigorava no mundo do trabalho uma organização da produção que se baseava na produção em massa de mercadorias, apresentando uma estrutura enormemente verticalizada. Esse modelo de produção estruturava-se com base no trabalho parcelar onde: “... reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor...” (ANTUNES, 2002: 37).

Este modo de produção baseado no binômio taylorista-fordista vinha gradativamente ganhando forças nas décadas posteriores (40/50) devido ao fato de conseguir manter o padrão de acumulação em níveis elevadíssimos, onde o capital tratava cada vez mais de se apropriar do trabalhador, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho que era algo muito presente em períodos anteriores e que neste momento estava sendo substituído pela atividade do trabalho que se reduzia apenas a uma ação mecânica e repetitiva. Segundo ANTUNES (2002):

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo...(p.37)

O binômio taylorista-fordista se expandia com força por todo o contexto internacional, ganhando espaço não só no cenário da indústria

automobilística como também nos serviços. ANTUNES (2002) explicita claramente esta questão quando afirma que:

Esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se a princípio para toda a indústria automobilística dos EUA e depois para praticamente todo o processo industrial nos principais países capitalistas. Ocorreu também sua expansão para grande parte do setor de serviços. (p..37)

A combinação da organização científica taylorista com o fordismo representou a forma mais avançada de racionalização e vinha a largos passos mantendo um alto padrão de acumulação ao longo de várias décadas do século XX. Contudo, a partir do final dos anos 60 iniciava-se um processo de esgotamento deste modelo, emergindo uma crítica incessante a este padrão, devido ao fato do mesmo não conseguir manter a plena acumulação do capital. Tratava-se então para as classes dominantes de um momento onde havia a necessidade de reestruturar o padrão produtivo vigente, procurando assim, reestabelecer os patamares de acumulação existentes nos períodos anteriores. (Idem.p.36) Segundo IAMAMOTO (2001):

A crise desse padrão de acumulação eclode em meados da década de 1970, quando a economia mundial apresenta claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários ... (p. 31)

Iniciava-se neste período uma busca por novas formas de produção, que assim pudessem repor os níveis de acumulação anteriores, ficando visível neste momento, a notável capacidade do sistema capitalista de se refazer, de corrigir e neutralizar suas crises, mediante mecanismos que anulavam a tendência decrescente da taxa de lucros. (MONTAÑO, 2002: 25)

... nos anos sessenta, a dinâmica fordista começa a apresentar os primeiros sinais de crise com a tomada de consciência de que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucro que a empresa monopolista obteve em seu auge. (PAGOTTO, 1996: 60)

Constatava-se neste momento, que tal esgotamento ocorria devido ao conjunto de quatro fatores que corroboravam para uma redução da taxa média de

lucro: diminuição dos níveis de produtividade, elevação da composição orgânica do capital, a saturação da norma social de consumo e o desenvolvimento do trabalho improdutivo.

Foi então neste contexto, que surgiu a necessidade de se dar um maior dinamismo à produção, dar uma reviravolta e retomar os níveis de acumulação que eram esperados. Como resposta à crise que estava ocorrendo, pôs-se em marcha um novo processo de reorganização político-ideológica e econômica, que almejava em todos os seus sentidos, recompor as taxas de lucro obtidas nos antigos períodos, assim como manter e expandir o sistema. Neste rumo ANTUNES (1999) indica que:

A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido [...]. Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação. (p. 79)

Deste modo, com o objetivo de repor as taxas de lucro que especialmente foram alcançadas no pós-45, emergia nesta época a necessidade de dinamizar o processo produtivo, ocorrendo então, a transição do binômio taylorista-fordista por novas formas de acumulação, confirmando o que ANTUNES (2002) expressa:

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins dos anos 60 e início dos 70 - em verdade, expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais-, fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do seu ciclo produtivo e, ao mesmo tempo, à reprodução de seu projeto de dominação societal, abalados pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social. (p. 23)

Estabelece-se nesse universo uma intensa concorrência por novos mercados, acirrando a competitividade intercapitalista, que passa requerer alterações no que dizia respeito ao padrão de produção. Assim, com o propósito de cumprir tal exigência, novas mudanças no mundo da produção foram gestadas a fim de alcançar o

objetivo central do capital, resultando em um processo que buscava uma flexibilidade no processo de trabalho, em contraposição a rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série. Esta necessidade de superar o modelo de produção vigente, resultou no que chamamos de acumulação flexível, que segundo HARVEY (1996):

... apresentava-se como uma contestação do capital à rigidez que havia assumido quando se reproduzia o modelo fordista. (p.33)

Assim, a acumulação flexível caracterizava-se pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, sendo um processo altamente perverso, devido ao fato de gerar conseqüências cruéis para a grande massa trabalhadora. Este novo processo facilitaria ao capital atingir seus objetivos, sendo possível ao mesmo construir novas tendências de acumulação que iriam superar a queda da taxa de lucro, já que este novo modelo de produção:

Desenvolve-se numa estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente, à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, etc... Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, trabalho em equipe, das células de produção, dos times de trabalho, dos grupos semi-autônomos, além de requerer no plano discursivo, o envolvimento participativo dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado. (Ibid., p. 29)

Compartilhando com as idéias de ANTUNES, podemos constatar que este novo padrão de acumulação se configurou, na década de 70 como uma lógica destrutiva pelo fato de que gerou:

...uma ostensiva cruzada contra as conquistas dos trabalhadores obtidas no período anterior, desregulamentando as políticas até então existentes, bem como restringindo o poder de mobilização, luta e barganha da classe trabalhadora... (KAUFMANN, 2002: 81)

Juntamente com este padrão de desenvolvimento capitalista, emergia uma profunda reestruturação no sentido tecnológico, mas principalmente no gerenciamento da produção e das relações de trabalho; a reestruturação produtiva surgia neste cenário como uma resposta à crise da acumulação.

... iniciou-se a partir de 73-74 um processo muito profundo de reestruturação capitalista, ou se quisermos, uma resposta do capital à crise estrutural desse mesmo capital. (ANTUNES, 2001: 39)

Esta nova forma de produção seria uma expressão da reorganização do capital com vistas à retomada de seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação. O processo de reestruturação seria uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio, tendo como exigência básica à reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital. Segundo MOTA (2000):

... a questão central posta pela reestruturação do processo de produção e aqui conceituada como uma necessidade real, subjacente ao conjunto das demandas profissionais, são as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho. (p.36)

Impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, este novo processo de produção passou a exigir novas formas de estruturação do trabalho, gerando e aprofundando uma desigualdade enorme no que se referia ao desenvolvimento entre regiões e setores. (IAMAMOTO: 2001)

Neste caminho, esta forma de produção estaria repondo os patamares de acumulação existentes nas décadas de 30 e 40, apresentando como maior característica **a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto.**

O móvel dessa transição histórica é a busca da crescente lucratividade, que se traduz na tendência do capital de desenvolver as forças produtivas do trabalho social, reduzindo relativamente o emprego do trabalho vivo - e de capital variável – diante da crescente incorporação de trabalho morto, já realizado e materializado nos meios de produção – e de capital constante -, mediante a incorporação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos. (IAMAMOTO, 2001: 109)

Este novo modelo de produção assentava suas bases no modelo japonês, especialmente no Toyotismo ², cuja estrutura se organizava em torno dos seguintes aspectos: o tempo é mais bem aproveitado (o princípio do just-in-time),

² De acordo com o que expressa ANTUNES (2002), o Toyotismo é uma forma de organização do trabalho que nasceu na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propagou para as grandes companhias daquele país. O Toyotismo ofereceu uma resposta à crise financeira vivenciada no Japão pós-guerra, aumentando a produção sem aumentar o contingente de trabalhadores. (p. 31/32)

os estoques são mínimos, a empresa possui uma estrutura horizontal e empreende esforços na atividade-fim da empresa, terceirizando o restante. Através da construção dos círculos de qualidade, a empresa favorece a apropriação dos conhecimentos do trabalhador, uma vez que esse é chamado a participar do processo produtivo, contribuindo com sua melhoria e otimização.

Em suma, esse modelo surgia como um novo modo de produção que condicionou uma profunda reestruturação, não apenas no que tangia ao extraordinário avanço tecnológico, mas também no gerenciamento da produção e relações de trabalho. (GRAVE: 2002) De fato, este emergente modo de produção:

... tratava-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas... (ANTUNES, 2002: 53)

O Toyotismo vinha paulatinamente ganhando forças no Japão e se expandindo para outros países, sendo considerado a mais nova forma de redução de gastos e aumento dos lucros. O seu sucesso impressionante, o tornou alvo de interesses para o capital ocidental que desde o início dos anos 70 se apresentava em crise. Assim, esta assimilação e adequação deste modelo, vinha sendo realizada:

... por praticamente todas as grandes empresas, inicialmente no ramo automobilístico e, posteriormente, propagando-se também para o setor de serviços, tanto nos países centrais quanto nos países de industrialização intermediária. E esse processo foi responsável pela acentuação das formas sociais de estranhamento (ou alienação) no mundo do trabalho... (ANTUNES, op. cit., p. 38)

A propagação deste modelo por todo mundo, juntamente com as mudanças a nível tecnológico, afetou de um modo geral o mundo do trabalho, que ao alterar suas bases, conduziu gradativamente a sociedade a vivenciar um quadro caótico, onde cada vez mais a competitividade intercapitalista favorecia a construção de um mundo de trabalho que objetivava:

... precarizar as relações de trabalho, reduzir ou eliminar direitos sociais, rebaixar salários, estabelecer contratos temporários, o que afetou profundamente as bases de defesa do trabalho conquistadas no pós-guerra. (IAMAMOTO, 2001:32)

Trilhando este caminho, verificamos que a reestruturação produtiva aliada às inovações no padrão tecnológico, num processo de globalização que: "se refere a esses padrões arraigados e duradouros de interligação mundial" (HELD e MCGREW, 2001:12), acarretaram a partir dos anos 70 profundas modificações no Mundo do Trabalho, transformações estas que fizeram com que essa esfera assumisse novas características, dentre as quais, podemos vislumbrar a desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que vêm sendo eliminados cotidianamente em todas as partes do mundo, a precarização das relações de trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social que se encontra cada vez mais presente no âmbito do trabalho; o crescimento do número de trabalhadores subcontratados, que sem vínculos e explorados de forma cruel, ficam a mercê de sua própria sorte; a destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, articulado muitas vezes ao interesse da classe dominante.³ Segundo IAMAMOTO (2001), as tendências do mercado de trabalho a partir da emergência deste modelo indicaram uma flexibilidade dos mercados de trabalho, assim como a desregulamentação dos direitos do trabalho e da contratação dos trabalhadores.

De forma geral, este processo de mudanças no nível do trabalho iniciado nos anos 70 e que vigora até os dias atuais, nos conduz a um caminho tenebroso, que segundo DOWBOR (2001) nos faz crer que:

... estamos indiscutivelmente assistindo a uma imensa flexibilização dos vínculos de trabalho, a qual adota formas muito diversificadas. Estas surgem com tal ritmo que, no mais das vezes, tornou-se extremamente difícil acompanhar os diversos subsistemas que estão se formando. A precariedade parece ser um denominador comum do processo, ainda que nem todas as formas ou tendências sejam negativas. (p. 45)

Tais transformações geradas no Mundo do Trabalho num contexto internacional acabaram por se desdobrar em conseqüências gravíssimas e

³ Os sindicatos no contexto atual vêm perdendo forças e têm circunscrito sua atuação no campo econômico-corporativo, tentando assim, deter os altos índices de desemprego e arrocho salarial. Tais organizações estão enfraquecidas, tendo em muitos momentos apresentado dificuldades em lidar com o trabalho precarizado, parcializado e informal.

perversas para uma maioria da população. Em síntese, produziu-se um processo de transformações que gerou efeitos que em muitos momentos puderam ser classificados como destrutivos; efeitos é claro, que só atingiram aqueles que viviam da venda de sua força de trabalho.

A instabilidade e insegurança, o desemprego, a precarização das condições e relações de trabalho (perda de referências coletivas e fragmentação de identidades), elevação da contratação de trabalho infanto-juvenil e o crescimento do setor informal, constituem hoje traços da nova sociedade capitalista que foi sendo redesenhada desde a década de 70, apresentando como móvel principal desta transição a reestruturação produtiva.

Em decorrência deste projeto que delineou o novo mundo do trabalho, observa-se a partir dos anos 70, a constituição de dois grandes grupos de trabalhadores: **os estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal, os que estão sujeitos ao trabalho desprotegido** (HARVEY,1996; ANTUNES,1999), que traduzindo para a linguagem de CASTEL (1997), poderiam ser classificados como o grupo dos **desfiliaados**. Esta fragmentação da classe trabalhadora proveniente das modificações no mundo da produção, é também apresentada por IAMAMOTO (2001), quando esta autora afirma que as novas estratégias produzidas a partir deste novo modelo de produção criaram:

... uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados, etc... (p. 32)

Constatamos assim, que todas estas mudanças no mundo do trabalho, só vieram a agravar a situação da maioria da população, que hoje tem sido lançada a mercê de sua própria sorte, sendo rejeitada por um mercado de trabalho formal que exclui todo aquele “incapacitado” para atender às suas solicitações e exigências. Fica evidente no cenário atual que:

As transformações em curso levam-nos a pensar que estamos diante de mais um ciclo de modernização selvagem e excludente, ... (TELLES, 2001: 91)

Observamos assim, que o Mundo do Trabalho encontra-se acometido de mutações profundas iniciadas em décadas anteriores, que fecham as perspectivas de trabalho estável e abrem vias incertas. Estamos diante de um processo de mudanças que acompanhado pelas transformações no plano estatal sob inspiração neoliberal, cuja ênfase é um Estado mínimo frente a um mercado máximo, provocou uma crise que é vivenciada por toda sociedade mundial.

Esta crise que vem afetando de forma maciça os países periféricos como é o caso do Brasil, será tratada a partir do segundo tópico deste capítulo, onde discutiremos e analisaremos mais profundamente como as mudanças no mundo do trabalho em nível mundial vêm se desdobrando na sociedade brasileira.

1.2.

As expressões das transformações no mundo do trabalho na sociedade brasileira

Estamos de fato frente a uma nova época, época esta que ficou marcada por uma sucessão de transformações a nível mundial, que acabaram por se desdobrar em conseqüências impiedosas, ocasionando a formação de uma nova sociedade mais fragmentada, que busca meios um tanto instáveis de sobrevivência neste novo contexto.

Temos então no Brasil, um novo cenário que se traduz em forma de maior desigualdade, pobreza e exclusão, onde o capital conta com o apoio do Estado, que numa perspectiva neoliberal, assume um papel, onde por um lado, amplia o número de parcerias no âmbito do privado, transferindo suas responsabilidades, enquanto por outro, desenvolve políticas assistencialistas, ambos papéis com o objetivo de manter a ordem. FARIAS (2000) expressa este papel do Estado atual quando coloca que o mesmo:

... assume um papel mediador, no sentido de que participa da resolução das contradições entre os indivíduos mercantis simples, bem como entre capitalistas e trabalhadores assalariados (nos níveis do capital produtivo individual e do capital social). (p. 40)

Segundo esta perspectiva de Estado mínimo cabe as famílias, indivíduos, comunidades a responsabilização própria, numa rede de solidariedade para proteger os mais pobres.

As mudanças no mundo do trabalho ficam evidentes no contexto brasileiro e cada vez um número maior de trabalhadores experimentam a situação de viver num: “... mundo de incertezas que, para muitos, significa a ameaça à própria sobrevivência e dignidade.” (BUONFIGLIO, 2001:48), confirmando assim o que DOWBOR (2001) expressa em relação aos trabalhadores brasileiros, quando sistematiza os dados de sua pesquisa realizada na Grande São Paulo: “... 150 mil trabalhadores, na categoria de vínculos precários, vivem em condições de extremo perigo e incerteza” (p. 41).

A externalização da produção tão presente na década atual se diversifica como afirma DOWBOR (2001): “ ... os próprios sistemas de terceirização se diversificam.” (p. 42), ao mesmo tempo em que determina a exclusão dos trabalhadores do trabalho socialmente protegido e cria outras formas de inclusão na economia, que têm na insegurança e na desproteção do trabalho as suas características principais.

A nova forma de gestão flexibilizada se desdobra em conseqüências gravíssimas para a população que sem outra alternativa se submete a trabalhos precários ou se lança em situações de trabalho informal, ficando a mercê de sua própria sorte. ANTUNES (2002) afirma que:

Pode-se ver, [...] que para numerosos autores, o processo de precarização, levando em conta a transformação das formas de organização do trabalho, não atinge só o grupo operário, que foi afetado em primeiro lugar, mas vai bem além. (p. 54)

Gera-se neste contexto, um efeito de desemprego muito amplo e uma conseqüente pressão para a queda de salários e o recuo no respeito às normas de trabalho, o que nos conduz a concordar com DOWBOR (2001) quando o mesmo afirma que: “... assim, persiste a tendência geral para a hierarquização do trabalho, a fragilização dos vínculos e a crescente desigualdade remuneratória.” (p. 49)

As tendências geradas a partir dos anos 70 no mundo do trabalho, extensivas ao Brasil, evidenciam cada vez mais a formação de um contingente de trabalhadores incorporados a um mercado de trabalho em condições de crescente precarização no que concerne as relações de trabalho, o que se desdobra num processo onde a desregulamentação dos direitos do trabalho, a flexibilização na questão da contratação e queda salarial fazem parte do cotidiano daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. O estímulo à figura do trabalhador polivalente, aquele capaz de desenvolver múltiplas atividades ao mesmo tempo, se acentua e as formas de exploração de um novo formato, escamoteadas por um discurso que esconde na realidade a acentuação da exploração nas relações de trabalho e a rentabilidade do capital investido.

De forma geral, vislumbramos um cenário em que os pobres ficam mais pobres e os ricos cada vez mais acrescentam uma fatia grande de lucro a sua fortuna. O país vem passando por uma mudança profunda em todo o universo de trabalho, onde há sem dúvida uma desvalorização crescente do emprego tradicional, existindo assim novos caminhos em construção que conduzem à população a insegurança do trabalho precário e desprotegido: “...As pessoas estão trabalhando mais e sentindo mais insegurança, mais estresse e, sobretudo, a perda generalizada do controle de suas vidas.”(DOWBOR, 2001:54). Esta precarização tão visível hoje no cenário brasileiro, além de acarretar males para a população que vive da venda de sua força de trabalho, também pode:

... impor o recuo, relativamente à ação sindical, como é o caso para a maioria dos assalariados temporários, com contrato por tempo determinado [...]. M. Pialoux e S. Beaud (BOURDIEU, 1993: 317-329) mostraram como a presença de diferentes estatutos de contrato de trabalho pode tornar mais difícil a mobilização e como a impossibilidade para os precários de participar da mobilização pode tornar sua integração[...] ainda mais laboriosa. (HIRATA e PRETECEILLE, 2001: 63)

Frente a um quadro caótico, vislumbramos um grande drama na sociedade brasileira, onde ao observarmos e analisarmos as tendências atuais dos processos de mudanças, vemos não só uma renegociação dos interesses sociais, mas

uma expansão dos privilégios que colaboram para o aumento da desigualdade no país. MACHADO DA SILVA e CHINELLI (1997), sintetizam nossa constatação ao afirmarem que:

... estas mudanças não apenas aumentam as desigualdades econômicas, mas parecem ser também fortemente prejudiciais à própria integração social, já que um subproduto não intencional, mas também não reconhecido é o aprofundamento da distância entre as categorias sociais. (p. 43)

Presenciamos em nosso país uma situação perversa, onde os principais sinais destas mudanças, são explicitados por KAUFMANN (2002) de forma bem clara e precisa:

... desigualdades crescentes, com rendas estagnadas e em regressão; erosão da classe média; número elevado de crianças que crescem na pobreza; aumento do trabalho infantil; patologias sociais, sobretudo na categoria de desempregados de longa duração; aumento formidável da criminalidade, notadamente do crime organizado, com prisões superpopulosas, marginalização e exclusão de grandes camadas da população, por meio da formação de guetos, insegurança no emprego, enfraquecimento dos sindicatos, numerosos desabrigados, que compõem a população de todas as grandes cidades, a violência velada que se instala no tecido social. (p. 43)

Estamos assistindo dias de verdadeira barbárie, tanto no nível econômico, como no social, onde este por sua vez, é subtraído das responsabilidades do Estado, passando a se enquadrar como empreitada da sociedade civil. Portanto, as alterações no padrão de acumulação capitalista introduzem novas mediações históricas no que se refere ao tratamento das expressões da questão social, como também alteram as formas de seu enfrentamento, seja por parte do Estado ou da sociedade civil organizada. (IAMAMOTO: 2001)

Surgem assim, decorrentes da reestruturação produtiva, novas práticas no trato da questão social, como desdobramento da alteração do perfil do Estado, cabendo à sociedade civil neste momento oferecer respostas às seqüelas da questão social que vem se acirrando gradativamente neste contexto.

Diante desse quadro de enorme complexidade, no entanto, ao invés de evoluirmos para um conceito e uma estratégia no sentido de constituir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia de direitos sociais, retrocedemos a uma concepção de que o bem-estar

pertence ao âmbito do privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “solidariedade” que possa proteger os mais pobres. (MONTAÑO, 2002: 12)

Assim, a partir do quadro exposto, podemos compreender que as mudanças que ora ocorreram no mundo do trabalho e que ainda se desenvolvem, estão associadas com a postura adotada pelo Estado Brasileiro e que inclusive, contam com seu apoio.

O Estado, que até os anos 80, era o principal responsável por desenvolver as políticas sociais, passa no contexto atual somente a ter uma posição de gerenciador, percebendo no discurso daqueles que fazem apologia à modificação no que diz respeito à postura do mesmo, uma preocupação muito mais administrativa do que uma preocupação com os problemas sociais que crescem de forma assustadora no país.

Investir na produtividade dos empregos de ponta, e não ver o gigantesco descalabro político, social e econômico que está sendo gerado no conjunto da nação, é realmente uma política de avestruz. Numa perspectiva, avoluma-se uma problemática social ameaçadora. (DOWBOR, 2001: 23)

De um modo geral, este posicionamento do Estado no contexto atual, tem levantado inúmeros questionamentos, se tornando alvo de diferentes discussões. É justamente neste sentido, que objetivando compreender este posicionamento e nos aprofundar nesta questão, que iniciaremos no capítulo seguinte, uma discussão que terá como eixo central a redefinição do papel do Estado. Discussão esta que muito contribuirá para entendermos o reordenamento das funções do Estado, as novas formas de gestão com a inserção de novos atores que entram em cena para gerir e desenvolver as atuais políticas sociais brasileiras. Esta problemática será tomada como o fio condutor para a análise do fenômeno da terceirização que, a partir dos anos 90, passa a fazer parte do novo mercado de trabalho dos assistentes sociais e que constitui a base do nosso estudo.